

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 09/2023**  
**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023**

**1 - PREÂMBULO**

1.1. MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ n. 95.990.198/0001-04, com sede administrativa na Rua Celso Tozzo, 27, Centro, Cordilheira Alta/SC, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Exmo. Sr. Clodoaldo Briancini, TORNA PÚBLICO que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, que será realizada por meio do site [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br) e será processada e julgada em conformidade com a Lei n. 10.520/2002, Decreto n. 10.024/2019 e Lei Complementar n. 123/2006, com aplicação subsidiária da Lei n. 8.666/1993 e Lei n. 8.078/1990.

**1.2. A SESSÃO PÚBLICA SERÁ REALIZADA NO SITE [WWW.BLL.ORG.BR](http://WWW.BLL.ORG.BR), NO DIA 22/02/2023, COM INÍCIO ÀS 13H30MIN (HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF).**

1.3. Somente poderão participar da sessão pública as empresas que apresentarem propostas no site [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br), nos termos a seguir:

**INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DIA: 08/02/2023, ÀS 16H.**  
**FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DIA: 22/02/2023, ÀS 13H00MIN.**

**2 - DO OBJETO**

2.1. A presente licitação tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETAS E ANÁLISES LABORATORIAIS, VISANDO MANTER A CONTINUIDADE DAS AÇÕES DE CONTROLE DE QUALIDADE DA ÁGUA SERVIDA À POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA/SC, EM ATENDIMENTO A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL (PORTARIA Nº 888/2021, CONAMA 357/2005 E CONAMA 430/2011), conforme especificações constantes do Anexo “A” deste Edital.**

2.2. Integram o presente Edital, dele fazendo parte como se transcritos em seu corpo, os seguintes anexos:

Anexo “A” – TERMO DE REFERÊNCIA;

Anexo “B” – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO V, DO ART. 27, DA LEI 8.666/93;

Anexo “C” – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INC. VII, DO ART. 4º, DA LEI Nº 10.520/2002;

Anexo “D” - MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO POSSUI EM SEU QUADRO DE PESSOAL SERVIDOR PÚBLICO;

Anexo “E” – MODELO DE INDICAÇÃO DE PREPOSTO E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES;

Anexo “F” – MINUTA DO CONTRATO/ATA REGISTRO DE PREÇOS.

### **3 - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

3.1. Este procedimento licitatório não é exclusivo para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos do inc. III do art. 49 da Lei Complementar n. 123/2006, já que, na fase interna, ao coletar os orçamentos, a Administração verificou que não havia o número mínimo exigido de empresas de porte “ME/EPP” ou equiparado na região, sendo todas de porte “DEMAIS”, de modo que a realização de certame exclusivo poderia acarretar prejuízos ao Município.

3.2. Poderão participar deste pregão eletrônico as empresas interessadas pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação e, conforme disposto nos respectivos atos constitutivos, as que atendam a todas as exigências editalícias, especialmente as do Termo de Referência, e desde que estejam devidamente cadastradas junto ao órgão provedor do sistema, por meio do site [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br).

3.2.1. Como requisito para participação no pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, o licitante deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no edital.

3.2.1.1 A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, proposta comercial e enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte sujeitará o proponente às sanções previstas neste edital, sem prejuízo de possíveis sanções penais cabíveis.

3.3. Não será admitida nesta licitação a participação de:

I - Empresas com o objeto social não pertinente e compatível ao objeto desta licitação;

II - Empresas ou Sociedades Estrangeiras que não funcionem no país;

III - Empresas que estejam reunidas em Consórcio;

IV - Empresas impedidas de licitar ou contratar com Poder Público (Art. 7º da Lei n. 10.520/2002), ou suspensas temporariamente de participar de licitação ou impedidas de contratar com a Administração Pública (Art. 87, III, da Lei 8.666/1993);

V - Empresas proibidas de contratar com o Poder Público, nos termos do Art. 72, § 8º, V, da Lei 9.605/1998;

VI - Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

VII - Empresas em processo falimentar, em processo concordatário, em recuperação judicial ou extrajudicial;

VIII - Empresas proibidas de contratar com o Poder Público, nos termos do Art. 12 da Lei 8.429/1992;

IX - Empresas que possuam em seu quadro de pessoal, assessor, diretor, conselheiro ou similares que sejam servidores do Município de Cordilheira Alta, nos termos do artigo 9º da Lei n. 8.666/1993.

3.4. A participação no certame se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado, e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico através do site [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br), opção “Acesso Identificado”, observando a data e o horário limite estabelecido no edital.

#### **4 - DO CREDENCIAMENTO**

4.1. Para participar do pregão, o licitante deverá se credenciar através do site [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br), por meio de chave de identificação e senha pessoal e intransferível obtidos no site [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br).

4.1.1. O pregão eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do Sistema de Pregão, na Forma Eletrônica (licitações) da Bolsa de Licitações e Leilões. Eventuais dúvidas, para obtenção da senha, deverão ser solicitadas pelo telefone (41) 3097-4600 ou pelo e-mail [contato@bll.org.br](mailto:contato@bll.org.br).

4.2. O credenciamento do licitante junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal, e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

4.3. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Cordilheira Alta, promotor da licitação, responsabilidade.

#### **5 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio desta documentação.

5.1.1. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.2. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.3. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.4. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.5. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do(a) pregoeiro(a) e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

5.6. Ocorrendo adendos, erratas e/ou republicações do edital, que acarretem na alteração de data de abertura do certame, cabe as licitantes interessadas à atualização da documentação de habilitação e proposta de preços já cadastrada, caso julgar necessário.

5.7. A participação no pregão eletrônico dar-se-á por meio de digitação da senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento da documentação de habilitação e da proposta de preços.

5.7.1. Para a proposta de preços será considerado obrigatoriamente:

- a) Valor unitário de cada item, em moeda corrente nacional, em algarismos e com no máximo duas casas decimais após a vírgula; valor do lote.
- b) Marca/modelo, e demais especificações necessárias para detalhar o objeto, consoante às exigências editalícias.

5.7.1.1. Os licitantes poderão participar com uma única marca por item, sob pena de desclassificação. **Obs.: quando se tratar de serviços poderá ser utilizado “marca própria” para não se identificar a licitante no referido processo. Licitantes que colocarem a marca como o nome da referida empresa serão desclassificados, consoante ao princípio do sigilo onde é proibida a identificação prévia do licitante.**

5.7.1.2. Em não havendo campo específico para digitação do modelo, esse poderá ser digitado no mesmo campo designado para marca.

5.8. Fica estabelecido em 60 (sessenta) dias consecutivos o prazo de validade das propostas, o qual será contado a partir da data da sessão pública, estabelecida no item 1 deste edital. Na contagem do prazo excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia de vencimento.

5.9. A proposta de preços será formulada e enviada em formulário específico, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico.

5.10. Nos preços finais deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, custos, despesas administrativas e operacionais, fretes, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais ou ainda fornecimento de peças, mão de obra, que eventualmente incidam sobre a execução do objeto da presente licitação.

5.11. Serão desconsideradas as propostas que apresentarem divergência do preço máximo ou qualquer outra condição não prevista neste edital.

5.12. O encaminhamento da proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste edital e seus anexos. O proponente será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

5.13. O número do item ofertado deverá corresponder exatamente ao número do item do anexo “A” deste edital, com sua(s) respectiva(s) quantidade(s).

5.14. Poderão ser admitidos pelo Pregoeiro erros de naturezas formais, desde que não comprometam o interesse público e da Administração.

5.15. Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir, ou criar direitos, sem previsão expressa no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta que não for conflitante com o edital.

**5.15.1 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo máximo de duas horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico, adequada ao último lance ofertado e deverá:**

I - Ser redigida em língua portuguesa, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo ser assinada pelo representante legal da empresa licitante.

II - Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

III - Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

5.16. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à contratada, se for o caso.

5.17. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a contratada.



5.18. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

5.19. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

5.20. A proposta deverá obedecer aos termos deste edital e seus anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

5.21. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

## **6 - DA DOCUMENTAÇÃO REFERENTE À HABILITAÇÃO**

6.1. A documentação de habilitação da licitante deverá conter os documentos abaixo listados, os quais **devem ser encaminhados conjuntamente à proposta:**

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), emitida no prazo máximo de 90 dias da data de abertura dos envelopes (mencionada no subitem 1.2);
- b) Ato Constitutivo, Contrato Social;
- c) Certidão Conjunta Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (ABRANGENDO AS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS);
- d) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Estaduais, relativa ao Estado da sede do licitante;
- e) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Municipais, relativa ao Município da sede do licitante;
- f) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF do FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais;
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplentes perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Trabalhistas;
- h) Certidão Negativa de Falência e Concordata e Recuperação Judicial (sendo a sede da empresa licitante no Estado de Santa Catarina, deverá emitir a certidão em dois sistemas diferentes “e-SAJ” e “eproc” do Poder Judiciário de Santa Catarina, disponível respectivamente nos sites: <https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrirCadastro.do> e <https://certeproc1g.tjsc.jus.br/>;
- i) Declaração da proponente que atende ao inc. V do art. 27 da Lei n. 8.666/1993, que se refere ao inc. XXXIII do art. 7º da CF, que diz: “Proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre, aos menores de dezoito anos e de

qualquer trabalho a menores de dezesesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos”;

j) Relatório constando a negativa de impedimento de contratação com a Administração Pública, denominado Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica, disponível no portal do TCU no link: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>;

k) Declaração que não possui em seu quadro de pessoal servidor público do Município de Cordilheira Alta (conforme anexo “D” deste edital);

l) Declaração de informações complementares (conforme anexo “E” deste edital).

### **Qualificação Técnica:**

m) Certidão de Registro de Pessoa Jurídica emitida pelo Conselho Regional competente, em nome da licitante, com validade na data de recebimento dos documentos de habilitação.

n) Certidão de Registro do Profissional Responsável Técnico da Pessoa Jurídica perante o conselho competente, com validade na data de recebimento dos documentos de habilitação;

o) Comprovação de vínculo do Responsável Técnico com a Pessoa Jurídica, na seguinte forma:

I - Cópia autenticada do Contrato Social da empresa, em se tratando de sócio; ou

II - Cópia autenticada CTPS, em se tratando de empregado da empresa; ou

III - Cópia autenticada do Contrato de Prestação de Serviço, em se tratando de prestador.

6.2. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão declarar, sob as penas da lei, que se enquadram nas hipóteses do art. 3º da Lei Complementar n. 123/2006, clicando no campo próprio previsto na tela de envio das propostas.

6.2.1. Sendo a proponente Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), esta deverá apresentar, OBRIGATORIAMENTE, Certidão de enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte fornecida pela Junta Comercial da sede da licitante, de acordo com o art. 8º da Instrução Normativa DRNC n. 103/2007, vigente na data de abertura da licitação, indicada no subitem n. 1.2. As sociedades simples, que não registrarem seus atos na Junta Comercial, deverão apresentar Certidão de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, atestando seu enquadramento nas hipóteses do art. 3º da Lei Complementar n. 123/2006.

6.3. Todo benefício previsto nesta Lei Complementar n. 123/2006 aplicável à Microempresa e/ou Empresa de Pequeno Porte estende-se ao MEI, conforme determina o § 2º do art. 18-E.

6.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão apresentar toda a documentação exigida no item 6.1, mesmo que os documentos relativos à regularidade fiscal apresentem alguma restrição.

6.4.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa e entrega destas certidões ao Pregoeiro.

6.4.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no item 6.4.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei n. 8.666/1993, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

6.5. Quando as certidões apresentadas, se não tiverem prazo de validade estabelecido pelo competente órgão expedidor, será adotada a vigência de 90 (noventa) dias consecutivos, contados a partir da data de sua expedição. Não se enquadram nesse dispositivo os documentos que, pela própria natureza, não apresentam prazo de validade.

6.6. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados, deverão estar em nome da licitante com o respectivo número do CNPJ, nas seguintes condições:

I - Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

II - Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial.

6.7. Caso a obrigação venha a ser cumprida pela filial e a vencedora seja a matriz, ou vice-versa, deverão ser apresentados, na licitação, os documentos de habilitação de ambas, ressalvados aqueles que, pela própria natureza ou em razão de centralização de recolhimentos, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

6.8. A empresa poderá apresentar os documentos de comprovação de regularidade fiscal, citados no item 6.1, centralizados junto à matriz desde que apresente documento que comprove o Reconhecimento da Centralização do Recolhimento expedido pelo órgão respectivo, ou que conste na certidão a validade para a matriz e para as filiais.

6.9. Os documentos, certidões e certificados exigidos como condição de habilitação, emitidos *online*, ficam, nesse caso, a aceitação condicionada à verificação da sua veracidade pelo Pregoeiro, no respectivo *site* do órgão emissor.



6.10. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste edital.

6.11. Os documentos exigidos nesta licitação deverão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada.

6.11.1. De acordo com o disposto no art. 3º, I e II, da Lei n. 13.726/2018, é dispensada a exigência de reconhecimento de firma e autenticação de cópia de documento em cartório, podendo ser realizada por servidor público desta Administração.

6.11.2. O reconhecimento de firma será feito por confrontação de assinatura com aquela constante do documento de identidade do signatário, ou estando este presente e assinando o documento diante do agente administrativo, lavrar sua autenticidade no próprio documento (art. 3º, I, da Lei n. 13.726/2018).

6.11.3. Quando por motivo não imputável ao solicitante não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis (art. 3º, § 2º, da Lei n. 13.726/2018).

## **7 - DA ABERTURA DA SESSÃO, DA FORMULAÇÃO DE LANCES E DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**

7.1. A partir do horário previsto neste edital (item 1), a sessão pública na internet será aberta pelo Pregoeiro com a utilização de sua chave de acesso e senha.

7.2. Os licitantes poderão participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e as licitantes.

7.4. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

**7.4.1. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.**

7.4.1.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a

materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

7.5. A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, acompanhado em tempo real por todos os participantes.

7.6. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.7. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, de modo que somente estas participarão da fase de lances.

7.8. Aberta a etapa competitiva (sessão pública), as licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.9. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, pelo **VALOR TOTAL DO LOTE**, observando-se as regras estabelecidas neste edital.

7.10. Só serão aceitos lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.

7.11. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.12. Durante a sessão pública os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu detentor.

7.13. A disputa de lances se dará no modo aberto, sendo que o envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.13.1. A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

7.13.2. Na hipótese de não haver novos lances na forma previsto no subitem 7.13.1, a sessão pública será encerrada automaticamente.

7.14. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o Pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.14.1. Neste caso, o Pregoeiro deverá encaminhar pelo sistema eletrônico contraproposta a empresa licitante que tenha apresentado o melhor preço, para

que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

7.14.2. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos proponentes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

7.16. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes.

7.17. O proponente deverá comunicar imediatamente a BLL (órgão provedor do sistema) qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

## **8 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO**

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação no edital, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26, e verificará a habilitação da licitante conforme disposições do edital.

8.2. O Pregoeiro efetuará o julgamento das propostas pelo critério do **MENOR PREÇO POR LOTE**.

8.3. Em atendimento ao disposto no capítulo V da Lei Complementar n. 123/2006 serão observados os seguintes procedimentos:

8.3.1. Encerrada a sessão de lances, o sistema verificará a ocorrência do empate ficto, previsto no art. 44, § 2º, da Lei Complementar n. 123/2006, sendo assegurada, como critério do desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

8.3.2. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.3.3. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.3.4. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes Microempresa e Empresa de Pequeno Porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.3.5. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.4. O Pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.4.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item 8.4, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

8.5. O Pregoeiro poderá convocar a licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de duas horas, contado da solicitação do Pregoeiro no sistema, sob pena de não aceitação da proposta.

8.5.1. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, ou folhetos, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio indicado pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

## **9 – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

9.1. A adjudicação do objeto deste pregão será formalizada pelo Pregoeiro, pelo **MENOR PREÇO POR LOTE**, à(s) licitante(s) cuja(s) proposta(s) seja(m) considerada(s) vencedora(s).

9.4. O resultado da licitação será homologado pela autoridade competente, e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor, pelo Pregoeiro, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

## **10 - DO PRAZO, FORMA DE RECEBIMENTO E LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO**

10.1. A contratada deverá observar os prazos, a forma e local de entrega do objeto licitado de acordo com as especificações previstas no Termo de Referência - anexo “A” deste edital.

## **11 - DOS PREÇOS MÁXIMOS**

11.1. Os preços máximos a serem admitidos pela Administração são os previstos na tabela de itens constantes no anexo “A” deste edital, sob pena de desclassificação.

## **12. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

12.1. O pagamento será realizado conforme disposto na Ata de Registro de Preço - anexo “F” deste edital.

12.2. As despesas decorrentes do objeto deste edital correrão a cargo da dotação: (Projeto Atividade: 2.208 - Despesa 105 – Elemento 3.3.90, prevista na Lei Orçamentária do Exercício de 2023- Água) e (Projeto Atividade: 2.213 - Despesa 107 – Elemento 3.3.90, prevista na Lei Orçamentária do Exercício de 2023- Esgoto)

12.3. Juntamente com as notas fiscais a empresa deverá encaminhar um relatório relativo aos serviços prestados.

12.4. O pagamento será efetuado mediante depósito bancário em conta corrente de titularidade da contratada.

12.5. As notas fiscais/notas fiscais eletrônicas deverão ser emitidas conforme informações a serem prestadas pelos integrantes da Administração.

## **13. DAS AMOSTRAS**

13.1. Havendo exigência no anexo “A” para apresentação de amostras, estas deverão ser enviadas e submetidas à aprovação pela secretaria solicitante no prazo máximo de 05 (cinco) dias, que avaliará sua adequação às especificações técnicas contidas no edital, considerando, ainda, a qualidade e o uso a que se destinam.

13.1.1. O responsável pela avaliação emitirá parecer onde constará “aprovada sem ressalvas”, “aprovada com ressalvas” ou “reprovada”.

13.1.2 A hipótese de “aprovação com ressalvas” somente ocorrerá caso as citadas ressalvas refiram-se a itens de mera aparência (pormenores de acabamento, coloração e outros itens que não impliquem incerteza quanto à qualidade e funcionalidade do objeto). Nesse caso, será disponibilizado novo



prazo de 5 (cinco) dias para correção das ressalvas, mediante ajustes ou apresentação de nova amostra.

13.1.2.1 Após as correções ou apresentação de nova amostra, a secretaria emitirá novo parecer em que constará se esta amostra foi aprovada ou reprovada. A entrega da amostra fora do local ou prazo indicado ou a sua reprovação pela secretária acarretará a desclassificação do licitante.

13.2. Em sendo aprovada, a amostra não será contada como unidade entregue.

13.3. Não será devida ao licitante nenhuma indenização ou reparação de qualquer espécie por conta do envio de amostra(s).

13.4. A aceitação da amostra constitui condição para adjudicação do objeto do certame, de maneira que, caso a unidade amostrada não seja aprovada mediante as condições pré-estabelecidas, o licitante fica desclassificado, e o próximo será convocado, na ordem de classificação (art. 4º, XVI, da Lei n. 10.520/2002).

13.5. O Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

13.6. Todos os objetos entregues, no recebimento, deverão apresentar o mesmo padrão de qualidade, resistência e funcionalidade das amostras aprovadas, seguindo exatamente as especificações técnicas solicitadas.

## **14 - DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL**

14.1. Os pedidos de esclarecimentos e as impugnações referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, no site [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br).

14.2. A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

14.3. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro nos autos do processo de licitação.

14.4. Não serão acolhidas as impugnações apresentadas intempestivamente e/ou subscritos por representante não habilitado ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

14.5. Acolhida impugnação contra o edital será designada nova data para a realização do certame, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto

quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

## **15 - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

15.1. Caberá recurso nos casos previstos na Lei n. 10.520/2002, devendo a licitante manifestar, motivadamente, sua intenção de interpor recurso, através de formulário próprio do Sistema Eletrônico, explicitando, sucintamente, suas razões após o término da sessão de lances.

15.1.1. A intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que a licitante pretende que sejam revistos pelo Pregoeiro.

15.1.2. Será aberto prazo para que os licitantes através do sistema possam manifestar sua intenção de recurso.

15.1.3. Não serão conhecidos os Recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os encaminhados por fax, correios, via e-mail ou entregues pessoalmente.

15.2. A licitante que manifestar a intenção de recurso e, sendo a mesma aceita pelo Pregoeiro, disporá do prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, por meio de formulário específico do sistema, o qual será disponibilizado a todos os participantes, ficando os demais desde logo intimados para apresentar as contrarrazões em igual número de dias, contados da data final do prazo do recorrente.

15.3. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará na decadência do direito de recurso, e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro à licitante vencedor.

15.4. O recurso contra a decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo.

15.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.6. Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os encaminhados por *fax*, e-mail, correios ou entregues pessoalmente.

15.7. Decairá do direito de impugnar perante a Administração aos termos desta licitação o licitante que os tenha aceitado sem objeção, e após o julgamento venha apontar falhas ou irregularidade. Tal comunicação não terá efeito de recurso.

## **16- DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E RESPECTIVA VIGÊNCIA**

16.1. Após a homologação do resultado será(ão) a(s) vencedora(s) notificada(s) e convocada(s) para, no prazo de 03 (três) dias úteis, assinar a pertinente Ata de Registro de Preços (anexo “F” deste edital), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

16.2. Para a assinatura da Ata de Registro de Preços será considerado o simples fato de a empresa vencedora ter participado do certame e apresentado sua proposta final, como ato concreto, tendo em vista a realização de pregão. Em caso de não atendimento ou recusa em fazê-lo, da primeira colocada, fica facultado à Administração convocar a segunda colocada para, ao mesmo preço e condições da primeira colocada, executar o objeto, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

16.3. A efetivação da contratação de fornecimento se caracterizará pela assinatura da Ata de Registro de Preços que terá validade da data da assinatura até doze meses após a data da homologação.

16.4. O fornecedor terá seu registro cancelado quando descumprir as condições da Ata de Registro de Preços ou não reduzir o preço registrado quando esse se tornar superior aqueles praticados no mercado.

16.5. Os preços relacionados na Ata de Registro de Preços poderão sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei 8.666/1993, em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados.

16.6. Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços a Administração poderá ou não contratar todo o quantitativo ou quantidades parciais do objeto, ficando reduzido, automaticamente, o saldo remanescente no término de validade da(s) Ata(s).

16.7. A Ata de Registro de Preços deverá ser assinada pelo representante legal, diretor, sócio da empresa ou procurador devidamente acompanhado do contrato social e, se for o caso, da procuração.

16.7.1. Os preços serão fixos e irrevogáveis durante o período de 12 (doze) meses.

## **17 - DAS PENALIDADES**

17.1. A recusa imotivada do adjudicatário em assinar o instrumento de contratação no prazo assinalado neste edital sujeitá-lo-á à multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, contada a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo que teria para assinar o contrato.

17.2. Entende-se por valor total do contrato o montante dos preços totais finais oferecidos pela licitante após a etapa de lances, considerando os itens do objeto que lhe tenham sido adjudicados.

17.3. A penalidade de multa, prevista no item 17.1 deste edital, poderá ser aplicada, cumulativamente, com as penalidades dispostas na Lei n. 10.520/2002, conforme seu art. 7.

17.4. A Administração poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula se admitida às justificativas apresentadas pela licitante vencedora, nos termos do que dispõe o art. 43, § 6º c/c art. 81 e art. 87, “caput”, da Lei n. 8.666/1993.

17.5. Sem prejuízo das sanções previstas nos arts. 86 e 87 da Lei n. 8.666/1993, a empresa contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurado o contraditório:

17.5.1. Pelo atraso injustificado na execução do contrato, sujeita-se a penalidade de multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

17.5.2 Pela inexecução total ou parcial da contratação, sujeita-se as sanções previstas na Lei n. 10.520/2002 e Lei n. 8.666/1999, além de multa de 20% (vinte por cento) calculada sobre o valor da contratação ou da parte não cumprida.

17.5.3. Multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.

17.6. O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens 17.5.2 e 17.5.3 será o valor inicial do Contrato.

17.7. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, conseqüentemente, o pagamento delas não exime a empresa contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta.

17.8. O valor da multa será deduzido dos créditos ou garantias da empresa, ou cobrado administrativa ou judicialmente;

17.9. Sempre que a multa ultrapassar os créditos da contratada e/ou garantias, o valor excedente será encaminhado à cobrança extrajudicial ou judicial;

17.10. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do serviço.

17.11. Sem prejuízo das penalidades de multa fica a contratada que não cumprir as cláusulas contratuais sujeita ainda:

17.11.1. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos.

17.11.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

## **18 - DISPOSIÇÕES GERAIS**

18.1. Esclarecimentos sobre a presente licitação e as condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto serão prestados diretamente na Diretoria de Licitações e Contratos do Município de Cordilheira Alta, no endereço citado no preâmbulo deste edital, ou através do telefone (49) 3358-9100, de segunda à sexta-feira, das 07h30 às 11h30 e das 13h às 17h.

18.2. O Pregoeiro poderá, em qualquer fase da licitação, efetuar diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.

18.3. Objetivando agilizar os trabalhos, não interferindo no julgamento das propostas, as licitantes deverão fazer constar em sua documentação endereço eletrônico (e-mail), número de telefone, bem como o nome da pessoa indicada para eventual contato.

18.4. A Administração reserva o direito de filmar e/ou gravar as sessões públicas deste pregão.

18.5. Informações verbais prestadas por integrantes da Administração não serão consideradas como motivos para impugnações.

18.6. Os casos omissos serão resolvidos à luz das disposições contidas nas Leis n. 8.666/1993, Lei n. 10.520/2002, Lei Complementar n. 123/2006, e, se for o caso, Lei n. 8.078/1990 e Lei n. 10.406/2002.

18.7. No interesse da Administração e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização poderá ser:

I - Adiada a abertura da licitação;

II -Anulada ou revogada no todo ou em parte.

III - Alterados os termos do edital, obedecendo ao disposto no § 4º do art. 21 da Lei n. 8.666/93.

18.8. As licitantes participantes deste certame licitatório desde já declaram:



I - Sob a pena prevista no parágrafo único do art. 97 da Lei n. 8.666/1993, que não estão declaradas inidôneas ou suspensas de participação em licitações, nos termos dos incisos III e IV do art. 87 do referido diploma legal;

II - Para fins do disposto no inc. V do art. 27 da Lei n. 8.666/1993, que não empregam menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, ressalvados os casos de menor a partir de quatorze anos na condição de aprendiz.

18.9. O foro competente para dirimir possíveis dúvidas e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação é o da Comarca de Chapecó/SC, excluído qualquer outro.

Cordilheira Alta/SC, 07 de fevereiro de 2023.

---

**CLODOALDO BRIANCINI**  
**Prefeito Municipal**

**ANEXO A**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 09/2023**  
**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023**

**1. DO OBJETO**

1.1 - REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETAS E ANÁLISES LABORATORIAIS, VISANDO MANTER A CONTINUIDADE DAS AÇÕES DE CONTROLE DE QUALIDADE DA ÁGUA SERVIDA À POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA/SC, EM ATENDIMENTO A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL (PORTARIA Nº 888/2021, CONAMA 357/2005 E CONAMA 430/2011):

<b>LOTE 01</b>				
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor Unit.</b>	<b>Valor Total</b>
<b>1</b>	COLETA E ANÁLISE DE ENSAIOS EFLUENTES (ENTRADA E SAÍDA) REALIZADA MENSALMENTE ENTRE OS DIAS 06 E 10 DE CADA MÊS, CONFORME OS PARÂMETROS DE: PH; DBO; DQO; FÓSFORO; NITROGÊNIO AMONÍACAL TOTAL, SÓLIDOS SUSPENSOS, ÓLEOS E GRAXAS E SÓLIDOS SEDIMENTÁVEIS (1 PONTO DO MUNICÍPIO)	<b>24</b>	<b>447,67</b>	<b>10.744,08</b>
<b>2</b>	COLETA E ENSAIOS DE ANÁLISE DE ÁGUA BRUTA, CONFORME RESOLUÇÃO CONAMA 357 CLASSE 2 DE ÁGUAS DOCE, E TRATADA NA ETA ROSA LINDA E ETA NO PONTO DO ZARDO SEMESTRAL COM PARÂMETROS INORGÂNICOS E ORGÂNICOS, AGROTÓXICOS E METABÓLICOS; DESINFETANTES E SUBPRODUTOS DA DESINFECÇÃO; MICROBIOLÓGICOS; PADRÃO DE CIANOTOXINAS E PADRÕES ORGANOLÉPTICOS DE POTABILIDADE, A SER REALIZADA NOS MESES DE JUNHO E DEZEMBRO (2 PONTOS DO MUNICÍPIO)	<b>6</b>	<b>2.996,67</b>	<b>17.980,02</b>
<b>3</b>	COLETA E ANÁLISE DE POTABILIDADE, REALIZADA MENSALMENTE, ENTRE OS DIAS 6 E 10 DE CADA MÊS, COM OS PARÂMETROS: PH, TURBIDEZ, COR	<b>156</b>	<b>182,34</b>	<b>28.445,04</b>

	APARENTE, CONTAGEM DE COLIFORMES TOTAIS E COLIFORMES E.COLLI E CONTAGEM DE BACTÉRIAS HETEROTRÓFICAS EM 20 % DESTES PONTOS, OU SEJA, EM 3 PONTOS. (13 PONTOS DO MUNICÍPIO).			
<b>4</b>	COLETA DE ÁGUA BRUTA REALIZADA MENSALMENTE E OS DIAS 6 E 10 DE CADA MÊS NO PONTO DE CAPTAÇÃO DA ETA ROSA LINDA NOS PARÂMETROS DE CIANOTOXINAS, CLOROFILA A, CRYPTOSPORIDIUM SSP, ENTEROVIRUS, ESCHERICHIA COLI, GIARDIA SPP (1 PONTO DA ETA ROSA LINDA DO MUNICÍPIO).	<b>12</b>	<b>1.740,00</b>	<b>20.880,00</b>
<b>5</b>	COLETA DE ÁGUA BRUTA SUPERFICIAL REALIZADA A CADA 3 MESES (TRIMESTRAL) ENTRE OS DIAS 6 E 10 DO MÊS ESPECÍFICO DA COLETA, COM PARÂMETRO DE DENSIDADE DE CIANOBACTÉRIAS NO PONTO DE CAPTAÇÃO DA ETA ROSA LINDA (1 PONTO DA ETA ROSA LINDA DO MUNICÍPIO).	<b>4</b>	<b>395,34</b>	<b>1.581,36</b>
<b>6</b>	COLETA DE ÁGUA TRATADA REALIZADA ENTRE OS DIAS 6 E 10 DE CADA MÊS NO PONTO DE SAÍDA DA ETA COM PARÂMETRO DE CIANOTOXINAS (1 PONTO ETA ROSA LINDA).	<b>12</b>	<b>561,67</b>	<b>6.740,07</b>
<b>VALOR TOTAL DO LOTE</b>				<b>R\$ 86.370,54</b>

## 2. JUSTIFICATIVA DA LICITAÇÃO:

2.1 - Justifica-se a necessidade de contratação destas análises devido à falta de capacidade estrutural e de equipamentos que atendam de forma integral as necessidades do referido controle operacional no Município de Cordilheira Alta.

2.2 - A contratação de laboratório de análises de água e efluentes tem por finalidade a realização destas análises, para se ter o controle de qualidade da água servida à população do Município de Cordilheira Alta, conforme itens descritos no presente Termo de Referência.

2.3 - O julgamento da licitação será por lote para melhor gestão dos serviços, para serem executados por um único fornecedor, tendo em vista a complexidade de realizar a divisibilidade do objeto da licitação e por tratar-se de prestação de serviços em equiparidade.

## 3. PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO

3.1 - O prazo de início dos trabalhos será de 1 (um) dia após a assinatura da Ata de Registro de Preços, sendo que a entrega da primeira análise deverá

ocorrer em até 10 (dez) dias contados da solicitação, a ser feita através do envio da AF (Autorização de Fornecimento).

3.1.1 - Os laudos serão recebidos provisoriamente no prazo de 5 (cinco) dias, pelo(a) responsável ao acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

3.2 - Os laudos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

3.3 - Os laudos serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado;

3.3.1 - Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

3.4 - O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato;

3.5 - A frequência de coletas e análises deverá obedecer às descrições:

**Item 1** - Portaria N° 888/2021 do MS com periodicidade semestral (junho e dezembro) para água potável, nos pontos:

1. Água Superficial Tratada - Estação de Tratamento de Água – ETA Rosa Linda

2. Água Subterrânea tratada – ETA Zardo

**Item 2:** Portaria N° 888/2021 – para análise de água potável, com os seguintes parâmetros: pH, turbidez, cor aparente, coliformes totais e escherichia coli em 13 pontos mensais, assim como análise de bactérias heterotróficas (20% dos pontos totais) em 3 pontos mensais.

**Item 3:** CONAMA 357/2005 com frequência semestral (junho e dezembro) para água superficial bruta - lajeado São José e mananciais do município.

**Item 4:** CONAMA 430/2011 e outros com periodicidade mensal para esgoto doméstico, na ETE – pilão de pedra – uma amostra de efluente bruto e uma amostra de efluente tratado. Estes resultados servirão para determinar a eficiência no sistema de tratamento de esgoto da cidade de Cordilheira Alta - SC.

3.6 - As coletas deverão ser efetuadas por uma equipe qualificada do laboratório e acompanhadas pela Responsável Técnica ou um (a) operador(a) da ETA designada pela responsável técnica.

3.7 - O agendamento das coletas deverá ser realizado pelo e-mail: elyengler@yahoo.com.br ou pelo telefone (53) 98146-2102 (WhatsApp) ou (49) 98876-8289 – RT Elisandra Engler.

3.8. Será necessário a acreditação de todos os parâmetros a serem analisados, solicitados no presente termo de referência, através do Certificado do INMETRO na NBR ISO/IEC 17025/2005 para comprovar a existência de sistema de gestão da qualidade, conforme previsto nos artigos 20, 21, e 22 da Portaria N° 888 04 de maio de 2021 e artigo 26, da Resolução n° 430, de 13 de maio de 2011, e

atendimento a NBR ISO/IEC 17025. Deverá atender à Referência Normativa da ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Norma de qualidade da água para consumo humano - Portaria Nº 888 04 de maio de 2021 do Ministério da Saúde.

3.9. Os Resultados em desacordo com os parâmetros estabelecidos neste termo devem apresentar provas que foram realizadas duplicadas para comprovação do resultado.

3.10. As amostras deverão ser analisadas de acordo com parâmetros descritos para cada tipo de amostra, indicados a seguir:

**I. ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO**

Portaria Nº888, de 04 de maio de 2021 do Ministério da Saúde.

Ponto de Coleta: Saída da ETA Rosa Linda e saída da ETA Linha Zardo

**Periodicidade: Semestral**

Parâmetros: Inorgânicas, orgânicas, agrotóxicos e metabólicos, desinfetantes e subprodutos de desinfecção, padrões microbiológicos, padrões de cianotoxinas e padrões organolépticos de potabilidade.

**II. REDE DE DISTRIBUIÇÃO**

Portaria Nº888, de 04 de maio de 2021 do Ministério da Saúde.

Ponto de Coleta: 13 pontos específicos conforme Plano de Amostragem junto à Vigilância Sanitária do município

**Periodicidade: Mensal**

Parâmetros: pH, turbidez, cor aparente, coliformes totais, coliformes E.Coli e bactérias heterotróficas em 3 pontos destes 13 do ponto de coleta.

**III. PONTO DE CAPTAÇÃO - ETA ROSA LINDA**

CONAMA 357/2005 – Classe 2 de água doce

Ponto de Coleta: água bruta ETA Rosa Linda

**Periodicidade: semestral**

Parâmetros: orgânicos e inorgânicos e demais, como: clorofila a; densidade de cianobactérias, sólidos dissolvidos totais; corantes; E.Coli; cor verdadeira; turbidez; DBO.

**IV. ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO – ETE**

CONAMA 430/2011

Ponto de Coleta: entrada e saída do sistema de tratamento de esgoto sanitário Pilão de Pedra.

**Periodicidade: mensal**

Parâmetros: DBO, DQO, óleos e graxas, sólidos suspensos e sedimentáveis, nitrogênio amoniacal, fosfato e pH.

**V. ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA – ETA Rosa Linda**

Portaria Nº888, de 04 de maio de 2021 do Ministério da Saúde.

Ponto de Coleta: reservatório de captação – água bruta

**Periodicidade: trimestral**

Parâmetros: densidade de cianobactérias

**VI. ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA – ETA Rosa Linda**

Portaria Nº888, de 04 de maio de 2021 do Ministério da Saúde.

Ponto de Coleta: saída do tratamento – água tratada

**Periodicidade: mensal**

Parâmetros: Cianotoxinas (cilindrospermopsina, saxitoxinas e microcistinas).



3.11 - A empresa contratada deverá possuir todos os equipamentos necessários para realização das coletas e análises, ou no caso de subcontratação, seguindo as cláusulas e determinações contratuais, certificar-se que o laboratório que fará a análise tenha condições técnicas em equipamentos e pessoal para atender o que se exige no presente Termo de Referência.

3.12 - Deverá comprovar a existência de sistema de gestão da qualidade, através de Certificação de Acreditação junto ao INMETRO, conforme os requisitos especificados na NBR ISO/IEC 17025/2005, nos termos do artigo 21, da Portaria-MS nº 888 de 04 de maio de 2021 e do artigo 26, da Resolução – CONAMA nº 430 de 13 de maio de 2011.

3.13 - A Contratada deverá possuir a creditação de todos os parâmetros das análises discriminadas no Termo de Referência, no entanto, no caso da contratada não possuir todos os parâmetros acreditados, poderá ser permitida a subcontratação parcial de no máximo 30% (trinta por cento), na qual também deverá ser apresentada a comprovação exigida no parágrafo anterior da empresa subcontratada.

3.14 - O veículo usado para realização das coletas é por conta da contratada e a Responsável Técnica ou um operador designado por ela, acompanhará as coletas para analisar o cloro residual livre presente na água potável.

3.15 - Os materiais como frascos, caixas térmicas e gelox o suficiente para cada remessa é de responsabilidade da contratada. Todos os materiais deverão estar esterilizados e prontos para uso na coleta.

3.16 - **A contratada deverá emitir os laudos das análises com a identificação de cada amostra, metodologia aplicada, conclusão, endereços, dia e hora de coletas e das análises, enviá-los no e-mail: elyengler@yahoo.com.br até no máximo 10 dias após a coleta, salvo às análises semestrais, que poderão ser enviados em até 20 dias úteis após a coleta.**

3.16 - O Município reserva-se ao direito de solicitar os serviços quando necessário, não se obrigando a executar as análises quando as mesmas não serão imprescindíveis.

#### **4. DAS OBRIGAÇÕES**

4.1 - São obrigações da Contratante:

4.1.1 - Apresentar a Autorização de Fornecimento, especificando o item, a quantidade e o local de entrega;

4.1.1.1- Efetuar o pagamento conforme definido no Edital, mediante apresentação da Nota Fiscal, desde que, atendidas as demais exigências estabelecidas neste Edital; Fiscalizar a entrega.

4.1.1.2 - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

4.1.2 - Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

4.1.3 - Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

4.1.4 - Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

4.1.5 - Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

4.1.6 - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4.1.7 - A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.

4.2 - São obrigações da contratada:

4.2.1 - Responsabilizar-se-á pela qualidade dos materiais e laudos entregues; Manter conforme orientação da Licitante, o controle de fornecimento; Pela observação nos prazos estabelecidos neste edital, para entrega e validade da proposta; Fornecer as devidas Notas Fiscais e relatórios, nos termos da Lei.

4.2.1 - Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

4.2.2 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

4.2.3 - Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

4.2.4 - Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.2.5 - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

4.2.6- Recolher os impostos devidos, no que diz respeito ao objeto da presente Ata, em seu órgão competente.

## **5. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

5.1 - É admissível a alteração subjetiva decorrente de fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **6. DA PROPOSTA**

6.1 - Serão desclassificadas as propostas que descumprirem o estabelecido no edital, bem como com valores acima do valor máximo previsto.

## **7. DAS CONDIÇÕES E PRAZO DE PAGAMENTO**

7.1 - O pagamento ocorrerá em até 30 (trinta) dias, mediante a apresentação de documento fiscal devidamente atestado pela secretaria de solicitante, juntamente com o relatório relativo aos serviços prestados.

## **8. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO**

8.1 - Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

8.1.1 - A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo servidor Arduino Nardino, matrícula nº 6271/5 e Elisandra Maria Engler, que atuarão como representantes institucionais, nos termos do artigo 67 da Lei 8666/93.

8.2 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.3 - O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

Cordilheira Alta/SC, 07 de fevereiro de 2023

---

**RUDIMAR MARAFON**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA E PLANEJAMENTO**

**ANEXO “B”  
DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INC. V DO ART. 27 DA LEI 8.666/93**

\_\_\_\_\_(Razão Social), inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal Sr (a) \_\_\_\_\_, portador (a) da Carteira de Identidade - RG nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, sob as penas da lei, para fins do disposto no inciso V, art. 27, da Lei federal nº 8.666/93, cumprindo o disposto no inciso XXXIII, art. 7º, da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesesseis anos, assim como assume o compromisso de declarar a superveniência de qualquer fato impeditivo à sua habilitação.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de menor aprendiz. ( )

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

\_\_\_\_\_  
(Nome e assinatura do responsável legal)  
(Número da carteira de identidade e órgão emissor)

**(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)**

**ANEXO C**  
**DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INC. VII DO ART. 4º DA LEI Nº**  
**10.520/2002**

Referente: Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_\_

(Nome do licitante) \_\_\_\_\_, por seu representante legal, inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, nos termos do artigo 4º, VII, da Lei 10.520/2002, declara para os devidos fins de direito que cumpre plenamente os requisitos da habilitação estabelecidos nas cláusulas do Edital em epígrafe.

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

(Nome e assinatura do responsável legal)  
(Número da carteira de identidade e órgão emissor)



**ANEXO D**  
**DECLARAÇÃO DE QUE NÃO POSSUI EM SEU QUADRO DE PESSOAL**  
**SERVIDOR PÚBLICO**

Referente: Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_\_

(Nome do licitante) \_\_\_\_\_, por seu representante legal, inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, DECLARA, que não possui em seu quadro, na função de diretor, assessor, conselheiro ou similares, servidores do Município de Cordilheira Alta, na forma do artigo 93 da respectiva Lei Orgânica.

Local e data, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

---

Nome e assinatura do responsável legal  
(Número CPF)

**ANEXO E**  
**INDICAÇÃO DE PREPOSTO E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

Razão Social:  
Nome Fantasia:  
CNPJ:  
Endereço completo:  
Telefone:

Informo para os devidos fins, que os atos referentes ao pregão eletrônico n° **.../2023** poderão ser encaminhados para o endereço eletrônico \_\_\_\_\_, de titularidade do Sr./Sra. \_\_\_\_\_, telefone para contato \_\_\_\_\_, que será o preposto responsável para o recebimento de informações do referido procedimento licitatório.

No caso de haver alterações dos contatos indicados, estes deverão ser informados para os e-mails: [licitacoes@pmcordi.sc.gov.br](mailto:licitacoes@pmcordi.sc.gov.br) e [compras@pmcordi.sc.gov.br](mailto:compras@pmcordi.sc.gov.br);

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2023.

\_\_\_\_\_ nome e assinatura do responsável  
legal

(Número CPF)

**ANEXO F**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº \_\_\_\_/2023**

**MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**, inscrito no CNPJ n. 95.990.198/0001-04, pessoa jurídica de direito público interno, situado na Rua Celso Tozzo, 27, Centro, Cordilheira Alta/SC, por seu Prefeito Municipal, Exmo. Sr. Clodoaldo Briancini, e \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ n. \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, representada neste ato pelo(a) Sr(a) \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CPF n. \_\_\_\_\_, em face da classificação das propostas apresentadas, da homologação pela autoridade competente, resolve registrar os preços para possível compra do objeto do edital em referência, nos termos da Lei n. 10.520/2002 e, subsidiariamente, Lei n. 8.666/1993 e Lei n. 8.078/1990, na seguinte forma:

A empresa com preços registrados passará a ser denominada DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS após a assinatura deste termo.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETAS E ANÁLISES LABORATORIAIS, VISANDO MANTER A CONTINUIDADE DAS AÇÕES DE CONTROLE DE QUALIDADE DA ÁGUA SERVIDA À POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA/SC, EM ATENDIMENTO A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL (PORTARIA Nº 888/2021, CONAMA 357/2005 E CONAMA 430/2011): conforme especificações constantes no anexo “A” do edital e proposta comercial da empresa Detentora desta Ata.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DA ATA**

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de **DOZE MESES**, a contar da data de sua assinatura.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Cordilheira Alta não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao (s) beneficiário (s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei n. 8.666/1993.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ITENS E DOS PREÇOS**

3.1. O valor total global estimado com o presente registro de preços é de **R\$ .....**  
**(.....).**

3.1.1. O(s) preço(s) ofertado(s) pela empresa DETENTORA da presente Ata de Registro de Preços e que será pago na possível aquisição dos produtos é o especificado no anexo deste termo.

3.1.1.1. Os preços descritos no termo de adjudicação serão pagos na possível aquisição dos produtos.

3.2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital referente à mesma.

3.3. Os itens deverão ser entregues de acordo com a descrição constante no anexo “A” do edital e da proposta comercial da DETENTORA.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

4.1. O prazo e o local de entrega estão definidos no Termo de Referência – anexo “A” do edital.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO**

5.1. O Município de Cordilheira Alta efetuará o pagamento, conforme solicitação, no prazo de 30 dias após a execução do objeto, mediante apresentação das notas fiscais, devidamente atestadas pelos servidores responsáveis pelo recebimento.

5.2. O pagamento será efetuado mediante depósito bancário em conta corrente de titularidade da licitante vencedora.

5.3. As despesas decorrentes do objeto deste edital correrão a cargo da dotação: (Projeto Atividade: 2.208 - Despesa 105 – Elemento 3.3.90, prevista na Lei Orçamentária do Exercício de 2023- Água) e (Projeto Atividade: 2.213 - Despesa 107 – Elemento 3.3.90, prevista na Lei Orçamentária do Exercício de 2023- Esgoto).

5.4. Juntamente com as notas fiscais a empresa deverá encaminhar um relatório relativo aos serviços prestados.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DOS REAJUSTES**

6.1. Os preços expressos nesse contrato serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inc. II do art. 65 da Lei n. 8666/1993, ou de redução dos preços praticados no mercado.

6.1.2. A DETENTORA deverá apresentar planilhas de custos para demonstrar as suas despesas, de modo a comprovar a quebra do equilíbrio econômico-financeiro.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - DA GARANTIA**

7.1. A garantia deverá ocorrer de acordo com o descrito no Termo de Referência – anexo “A” do edital.

## **CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES**

8.1. A recusa imotivada do adjudicatário em assinar o Instrumento Contratual no prazo assinalado neste edital sujeitá-lo-á à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, contada a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo que teria para assinar o contrato, nos termos do edital.

8.2. Entende-se por valor total do contrato o montante dos preços totais finais oferecidos pela licitante após a etapa de lances, considerando os itens do objeto que lhe tenham sido adjudicados.

8.3. A penalidade de multa, prevista no item 8.1, poderá ser aplicada cumulativamente com as penalidades dispostas na Lei n. 10.520/2002.

8.4. A Administração poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitida às justificativas apresentadas pela licitante vencedora, nos termos do que dispõe o art. 43, § 6º c/c arts. 81 e 87, “caput”, da Lei n. 8.666/1993.

8.5. Sem prejuízo das sanções previstas nos arts. 86 e 87 da Lei n. 8.666/1993, a empresa contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:

8.6. Pelo atraso injustificado na execução do contrato, se sujeita a DETENTORA à penalidade de multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

8.7. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração, garantido o contraditório, poderá aplicar à DETENTORA as sanções previstas no art. 7º da Lei n. 10.520/2002 e Lei n. 8.666/1999, além de multa de 20% (vinte por cento) calculada sobre o valor da contratação ou da parte não cumprida.

8.8. Multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.

8.9. O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens 8.6 e 8.7 será o valor inicial do contrato.

8.10. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, conseqüentemente, o pagamento delas não exime a empresa contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Administração.



8.10.1. O valor da multa será deduzido dos créditos ou garantias da empresa, ou cobrado administrativa ou judicialmente.

8.10.2. Sempre que a multa ultrapassar os créditos da contratada e/ou garantias, o valor excedente será encaminhado à cobrança extrajudicial ou judicial.

8.10.3. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do serviço.

8.11. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a contratada que não cumprir as cláusulas contratuais, sujeitas ainda:

8.11.1. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos.

8.11.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

## **CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES**

9.1. São obrigações da DETENTORA:

9.1.1. A DETENTORA deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

9.1.1.1. Efetuar a entrega do objeto, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal.

9.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os arts. 12, 13 e 17 a 27 da Lei n. 8.078/1990.

9.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos.

9.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

9.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

9.1.7. As despesas com o transporte, carga e descarga, tanto para entrega no Município de Cordilheira Alta/SC, quanto para retorno ao local de origem, serão responsabilidade da contratada.

9.2. São obrigações do MUNICÍPIO:

9.2.1. Efetuar os pagamentos no prazo estabelecido neste instrumento.

9.2.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no edital e seus anexos,

9.2.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

9.2.4. Comunicar à DETENTORA, por escrito ou verbalmente, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – CONTROLE DA EXECUÇÃO**

10.1. Nos termos do art. 67 Lei n. 8.666/1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

10.1.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo servidor Arduino Nardino, matrícula nº 6271/5 e pela Elisandra Maria Engler, que atuará como representante institucional, nos termos do art. 67 da Lei n. 8.666/1993.

10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da DETENTORA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei n. 8.666/1993.

10.3. O representante da Administração anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO**

11.1. Integram esta Ata o edital do **Pregão para Registro de Preço nº \_\_/2023** e a proposta da empresa acima relacionada.

11.2. Os casos omissos serão resolvidos à luz das disposições contidas na Lei n. 10.520/2002, e subsidiariamente Lei n. 8.666/1993 e, se for o caso, conforme disposições da Lei n. 8.078/1990 e Lei n. 10.406/2002.

11.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Chapecó - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Cordilheira Alta/SC, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

---

**CLODOALDO BRIANCINI**  
**Prefeito Municipal**

---

**Contratada**

Testemunhas:

---

Angelita Gabriel  
CPF: \*\*\*.893.109-\*\*

---

Kelly Cristina Ranzan  
CPF: \*\*\*.189.001-\*\*